

## Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre autogestão a partir da experiência das cooperadas da Univens<sup>1</sup>

The meeting of politics and work: a psychosocial study  
on the self-management experience at the Univens cooperative

Cris Fernández Andrada<sup>2</sup>  
andrada@usp.br

**Resumo.** Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social (IP-USP). O objetivo do estudo foi identificar as principais repercussões psicossociais da experiência de autogestão de uma cooperativa de costura de Porto Alegre (RS), a Univens. Buscou-se compreender como a vivência de relações autogestionárias de trabalho afeta as vidas sociais de seus sujeitos, tanto no plano do trabalho quanto no âmbito das relações familiares, comunitárias e cidadinas. Estudo de caso, de cunho etnográfico, teve como ferramentas observações e entrevistas semiestruturadas prolongadas, e como apoios teóricos, as obras de Simone Weil e de Hannah Arendt. Entre outros achados, identificou-se que a experiência política vivida por cooperadas no Orçamento Participativo local representou a principal *fonte simbólica* da cooperativa, tendo inspirado parte de seus princípios, como o caráter igualitário das relações e a gestão democrática e participativa. Concluiu-se que a experiência política propiciou a experiência econômica neste caso. O *direito ao trabalho*, o *pertencimento ao grupo da cooperativa* e o *enraizamento como sujeitos nos espaços da Vila e do trabalho* representaram as principais repercussões destas experiências, chamadas aqui de *permanências*, na medida em que compuseram um campo estável de referências para essas trabalhadoras, capaz de salvaguardar a manutenção da vida familiar e o poder de intervenção de suas ações políticas cotidianas. Ainda como conclusões, a pesquisa apresentou a

**Abstract.** This article is the result of a research project in Social Psychology (IP-USP). Its goal was to identify the main sociopsychological repercussions of the self-management experience in a sewing cooperative in Porto Alegre (RS) called Univens. It tried to understand how the experience of self-managed work relations affects the social lives of its subjects in the work environment as well as in the family, the neighborhood, and even the city. The investigation is a case-study in which the researcher chose a methodology based on ethnographic observation and the realization of partially structured long interviews and used the works of Simone Weil and Hannah Arendt as theoretical references. The political experience which some of the members of the cooperative made in the local Participatory Budget was the main *symbolic wellspring* of the cooperative, as it inspired some of its principles, such as its equalitarian work relations and its democratic and participatory management practices. The study came to the conclusion that it was the political experience that led to the economic experience. The *right to work*, the fact of *belonging to the group of the cooperative*, and the *rootedness as subjects in the spaces of the neighborhood and work* represent the main repercussions of these experiences. They are referred to here as *permanencies* since they made up a stable field of references for these workers capable of safeguarding the maintenance of their family life and the power of intervention of their daily political

<sup>1</sup> A pesquisa que orienta este artigo foi defendida em 2005. Apesar de seus resultados terem sido publicados em outros formatos, sentimos necessidade de ampliar o acesso a eles por este meio. Para isto, buscamos apoio em textos organizados anteriormente, especialmente em roteiro de uma conferência apresentada em 2008, na Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), e na revisão de uma publicação em espanhol, um capítulo em livro organizado por Veronese (2007).

<sup>2</sup> Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Av. Prof. Mello Moraes, 1721, 05508-030, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil.

possibilidade de projetar e realizar ações políticas em horizontes mais amplos como uma repercussão de segundo grau destas *permanências* e, por conseguinte, desta experiência de autogestão, para seus sujeitos.

**Palavras-chave:** psicologia social, trabalho, política, autogestão, economia solidária.

actions. Finally, the article discusses the possibility of projecting and realizing political actions with a wider horizon as a secondary repercussion of those *permanencies* and, therefore, of the self-management experience itself for its participants.

**Keywords:** social psychology, work, politics, self-management, solidarity economy.

## Introdução

Se a Economia Solidária surgiu inicialmente como reação ao desemprego<sup>3</sup>, uma vez apropriada pelos trabalhadores passou a orientar, não sem dificuldades, a construção de novas maneiras de viver o trabalho e a vida social. Hoje são muitas as histórias de lutas dessas pessoas, que sobretudo trabalham pela sobrevivência e que, muitas vezes, ultrapassam este horizonte e passam a redesenhar o tecido social em que se encontram.

A pesquisa que orienta este texto nasceu das experiências vividas como formadora na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP-USP<sup>4</sup>. Entre 1999 e 2000, conhecemos de perto vários grupos de trabalhadores(as), e às artesãs da Cooperativa Itacooperarte, em especial, devemos o tema do estudo. Elas nos ensinaram que as experiências vividas na cooperativa não respeitavam as fronteiras do mundo do trabalho. Seus princípios eram levados pelas trabalhadoras para outros espaços, como a escola dos filhos e a luta pelo posto de saúde do bairro. Ou seja, passamos a suspeitar que a vivência cotidiana de relações associativas e democráticas de trabalho poderia inspirar

ações políticas de caráter semelhante, em outras esferas da vida social<sup>5</sup>. Em 2002, ao iniciar a pesquisa, um mestrado em Psicologia Social<sup>6</sup>, tomamos como objetivo compreender justamente como a experiência de um trabalho autogestionário repercute na vida de seus sujeitos, tanto no âmbito do trabalho quanto em outras esferas da vida social, como nas relações familiares, comunitárias e cidadinas.

## Rota São Paulo-Porto Alegre: o processo de escolha da cooperativa

No início de 2003 iniciamos a *prospecção de campo* para escolher a cooperativa-foco da pesquisa, já que se tratava de um estudo de caso. Para isto, definimos quatro critérios, que nos pareceram condizentes com os objetivos propostos: a cooperativa deveria existir há pelo menos dois anos; ser autogestionária com participação cotidiana dos cooperados em seus assuntos<sup>7</sup>; gerar renda efetiva para a maioria dos membros e, por último, manter fortes relações com o entorno social.

Em seguida, fizemos um levantamento das principais instituições da Economia Solidária atuantes no país à época, uma vez que serviam como marcos de encontro para os empreendi-

<sup>3</sup> São muitos os estudiosos que trataram da chamada crise do emprego que assolou a classe trabalhadora nas duas últimas décadas do século passado (Dowbor, 2002; Matoso, 1999; Pochmann, 2001; Singer, 2003). Eles alertaram para o recrudescimento dos índices de desemprego e para a aguda precarização das condições de trabalho, a partir dessa crise estrutural do capital (Antunes, 1999). Embora a autogestão não tenha surgido historicamente neste contexto (Singer, 1998), ela retorna fortemente incentivada por suas características, como uma das alternativas possíveis para combater o desemprego e suas mazelas, mas com vistas a ultrapassar esse objetivo, inspirando projetos e ações de produção não capitalistas, mais justos para os trabalhadores (Singer, 2003).

<sup>4</sup> A ITCP-USP, criada em 1998, é um programa de extensão universitária vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. Para saber mais, ver Souza (2000) e Guimarães (2000).

<sup>5</sup> Por exemplo, se antes sofriam isoladamente as consequências de uma escola sucateada para seus filhos, passaram a debater esta realidade enquanto trabalhavam e a buscar para ela soluções coletivas. Ver também Andrada (2006).

<sup>6</sup> A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (IP-USP), sob a orientação da Profa. Dra. Leny Sato. Em razão da premiação obtida no I Concurso de Teses e Dissertações da ABRAPSO, em 2007, foi publicada também como livro (Andrada, 2009).

<sup>7</sup> Em algumas das cooperativas visitadas, notamos que certos processos produtivos limitam muito a participação política cotidiana dos trabalhadores. Mesmo considerando a dimensão técnica dos processos organizativos como um campo socialmente construído e, portanto, passível de mudanças (Spink, 1996; Sato, 1997), optamos por excluir da prospecção aquelas cooperativas cujas peculiaridades organizativas dificultassem a interação frequente entre os trabalhadores, em razão dos objetivos da pesquisa.

mentos (Gaiger, 2004). Reunimo-nos com técnicos de quatro delas e, a partir daí, visitamos várias cooperativas e conhecemos indiretamente dezenas delas. Após esta etapa, porém, parecia imperativo rever os critérios da prospecção, já que nenhuma das experiências os contemplava totalmente<sup>8</sup>. Prestes a fazer isso, deparamo-nos com um relatório de um grande mapeamento. Entre as experiências relatadas estava a Univens, a cooperativa de costureiras *Unidas Venceremos*, selecionada para a pesquisa por motivos a seguir revelados, abaixo resumidos por Terezinha, cooperada da Univens:

*Pelo que eu entendi, tu conseguii achar a cooperativa que caiu como uma luva pra ti, em tudo que tu estava procurando: que já está há um certo tempo no mercado, que já está estabilizada sócio e financeiramente, e que tem um pessoal que trabalha dentro da comunidade, que se envolve com ela diretamente. Assim dá pra ver como é que a gente se desenvolve dentro do bairro, da família, de tudo (Terezinha).*

## Breve retrato da Cooperativa Univens

### *Da história da vila e da cooperativa: "um grande emaranhado"*

A Cooperativa Univens foi fundada em 1996 e sempre esteve situada na Vila Nossa Senhora Aparecida, periferia norte de Porto Alegre (RS). De início, o grupo era formado apenas por mulheres, 35 (trinta e cinco), cujas idades variavam entre 18 e 80 anos. A maioria das fundadoras teve que interromper os estudos antes de completar o ensino fundamental e apenas duas puderam concluir o ensino médio. A situação de trabalho da maior parte delas era precária à época. Encontravam-se desempregadas ou subempregadas, realizando em casa trabalhos de costura esporádicos e muito mal remunerados.

A ideia de constituir a Univens surgiu no interior de um pequeno grupo que se conheceu nas reuniões do Orçamento Participativo (OP)<sup>9</sup>, fórum responsável por uma profunda transformação do bairro em que todas vivem, por princípio estatutário. Antes tomada por

práticas clientelistas, a Vila era farta apenas em precariedades. Esgoto a céu aberto, posto de saúde fechado, ruas escuras, sem nome ou pavimento. A partir da paulatina participação de pequenos grupos nas arenas políticas do OP, o bairro viu mudar radicalmente suas feições, como mudaram também seus sujeitos, fortemente marcados por este processo.

Por isso, a história de fundação da Univens confunde-se com a história recente da Vila. Ao lutar por eles, os lugares de moradora e de cooperada surgem mesclados, formando "um emaranhado", nas felizes palavras de Terezinha:

*Essa questão de estar no estatuto nosso que as pessoas pra trabalhar na cooperativa têm que ser da comunidade. Uma, pela liberdade que tu tem, por exemplo, de ir em casa fazer o almoço, levar o filho no colégio e voltar sem depender de ônibus. [...] E também que a nossa renda em si também vai beneficiar o bairro. [...] Porque se eu trabalhar lá do outro lado da cidade, claro que de repente eu vou comprar lá um pão, um leite, uma bolachinha, uma roupa, porque eu vou chegar em casa de noite e vou sair de manhã cedo. Quando chegar o fim de semana, eu vou lá no supermercado grande fazer o meu "rancho", e aquele mercadinho que tem perto da minha casa praticamente não vai ver meu dinheiro. E assim não, a gente está trazendo nossa renda pra dentro da Vila. [...] É um emaranhado, que é pro crescimento em si. Não é dizer que a Univens está pensando só nela, só nos troços dela. Ela está pensando em toda a Vila, como um todo mesmo (Terezinha).*

Após transformar o espaço em que vivem e passarem por verdadeiro processo de formação política, por meio da prática da democracia participativa no OP, o grupo passou a olhar coletivamente também para a condição maltratada que comungavam como trabalhadoras.

A Univens nunca contou com uma assessoria institucional sistemática, mesmo passando por muitas dificuldades. O estatuto, por exemplo, levou um ano para ser concluído e foi rejeitado pela Junta Comercial sete vezes. Talvez por falta de alternativas, o grupo sempre teceu sozinho suas escolhas para depois buscar, se necessário, o apoio de parceiros, muitos, no decorrer de sua trajetória. Este fato, possivelmente ocasionado pela falta, à época, de uma

<sup>8</sup> Isto parece apontar para o caráter incipiente, ainda que em desenvolvimento, do campo da Economia Solidária no Brasil, na época (Souza, 2003). Trata-se de fato importante, pois delinea o contexto do movimento no qual se desenvolveu a pesquisa.

<sup>9</sup> O Orçamento Participativo (OP) é uma política de gestão que tem por base a democracia participativa; por meio dela a população decide, de forma direta, a aplicação de parte dos recursos destinados a obras e serviços de responsabilidade do executivo municipal. Para saber mais, consultar: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/>.

rede institucional de fomento à Economia Solidária, acabou por conferir ao grupo um forte apreço pela autonomia nos contatos e parcerias, de modo a resguardar seus princípios iniciais e sua identidade de grupo.

Em 1996, ano em que foi legalizada a cooperativa, o grupo de cooperadas não tinha outro local para reunir-se a não ser a capela da Vila (também erguida por organização comunitária). Ali permaneceram por vários anos, montando e desmontando diariamente as mesas para cortar as peças, costuradas em casa. Em 1999, a cooperativa mudou-se para a primeira Incubadora de Cooperativas Populares de Porto Alegre, situada na mesma Vila não por acaso, já que também foi fruto da luta destas mulheres junto ao OP<sup>10</sup>. Já em 2005, o grupo transferiu-se para a sonhada sede própria, na mesma Vila, outra conquista importante destas trabalhadoras que, ao fundo de reservas destinado a este fim, souberam unir o apoio e a confiança de instituições internacionais ao projeto.

### *Das motivações para a formação da cooperativa*

Diante desta história tão rica quanto surpreendente, empenhamo-nos também em compreender as forças que impulsionavam as cooperadas a persistir nestas lutas cotidianas, e ainda assim, tecer novos e cada vez mais ousados projetos políticos. Por ora, fiquemos com dois depoimentos que tratam disto, a partir da fundação da cooperativa:

*Eu achei legal porque são várias pessoas juntando um determinado comum ali, lutando, cada um com suas ideias, mas sempre em grupo, sempre ali, em que todo o mundo sai beneficiado. [...] Aquilo começou a me chamar a atenção, de que é possível uma outra maneira de trabalho. Porque geralmente tem aquele grandão lá, que ganha montanhas de dinheiro, enquanto que a gente está suando pra ganhar, pra ele ganhar. E na verdade ali não, todo o mundo trabalha, todo o mundo sonha junto, todo o mundo administra junto, todo o mundo resolve junto e todo o mundo divide aquele esforço todo (Julieta).*

Terezinha, que ingressou depois na cooperativa, relata o que seus olhos vizinhos

*observavam: Desde que começou, eu admirava [...] parece um bando de loucas que de repente resolveram que podiam fazer alguma coisa. E fizeram. [risos] [...] Tem gente que não se dá o direito nem de sonhar. E elas sonharam e sonharam alto. Porque tu imaginar, que tu pode, dentro do mercado de trabalho que está agora, que não absorve nem aqueles que têm estudo, quem dirá pessoas que não tinham estudo, que não tinham mais nem idade de estar no mercado de trabalho. [...] Todo o mundo ficava assim, ó: “Mas o quê isso?! Tão pensando o quê, essas mulheres? Que vão revolucionar o mundo agora?” [...] Eu tinha o maior orgulho de saber que tinha essa cooperativa aqui. E tinha vontade de trabalhar lá dentro, de estar junto com elas (Terezinha).*

### *Dos aspectos sociais e organizativos*

À época da pesquisa, a cooperativa era formada por 22 cooperados – apenas dois homens. Mais de 80% dos membros era casada e tinha filhos, e aproximadamente metade das cooperadas era também sócia fundadora.

As atividades produtivas da Univens eram divididas em três setores: Corte, Costura e Serigrafia. Todo o processo de modelagem e de corte das peças era feito na sede. Já as atividades relativas à costura aconteciam tanto lá, quanto nas casas das cooperadas.

Destacamos algumas características da organização do trabalho do grupo à época. Primeiro, não havia barreiras físicas que apartassem as cooperadas alocadas na sede, com exceção da serigrafia, localizada no mezanino do prédio. Assim, trabalhavam lado a lado, conversando a respeito de tudo: meandros da produção, assuntos do momento da Vila, a última encomenda, etc. Outra característica reveladora é a inexistência de uma sala ou setor administrativo. Trata-se de uma escolha do grupo, que nunca desejou remunerar as atividades das cooperadas do Conselho Administrativo, tampouco destacá-las de suas tarefas produtivas. As atividades-meio da cooperativa – gestão administrativa e contábil, compra de matéria-prima e atendimento a clientes, por exemplo – sempre são realizadas em meio à produção. Somente quando necessário marcam reuniões destacadas para concluí-las. Vale dizer que estes aspectos, próprios da dimensão técnica do processo organizativo da Univens, podem incidir sobre sua dimensão social, uma vez que tendem a delimitar e a combinar de maneira diferente os temas, os espaços e os tempos das

<sup>10</sup> É nesta passagem da história do grupo que se apoia o nome de um dos capítulos da dissertação: “A cooperativa incubadora”. Vale dizer que o campo da pesquisa se desenvolveu no período em que a cooperativa esteve aí sediada, na Incubadora.

interações cotidianas inter e intramódulos, determinando, ainda que parcialmente, a dinâmica micropolítica da cooperativa.

### **Dos aspectos econômicos**

A Univens fabrica diversos produtos. Se, no início, o grupo sofreu com contratos precários de trabalho, há anos já conta com uma carteira de clientes extensa e diversificada. Elas fazem bandeiras, sacolas e roupas para associações, escolas, clubes. Também fornecem materiais para congressos, seminários e outros encontros políticos, científicos e culturais. Os produtos da Univens alcançam fins diversos: bandeiras para a Parada Gay, sapatos para cachorros, jalecos para os trabalhadores da Central Estadual de Abastecimento (CEASA), uniformes para empresas e camisetas para sindicatos e movimentos sociais. Estes últimos, aliás, representaram um nicho de mercado favorável, encontrado pelo grupo em suas militâncias, fato em parte responsável pela conquista da estabilidade econômica da cooperativa. Outros produtos historicamente importantes para a Univens são as camisetas e sacolas para os Fóruns Sociais Mundiais que aconteceram na cidade<sup>11</sup>.

Nos últimos anos, a Univens experimenta desempenho e estabilidade econômica admiráveis, gerando renda satisfatória a seus membros, em patamar superior ao praticado pelas empresas capitalistas do setor, marcado pela forte competitividade e pela precarização dos contratos de trabalho (Cruz-Moreira, 2003). Vale destacar, porém, que o processo de conquista desta estabilidade foi longo e difícil. Fiquemos com os trechos a seguir, que revelam parte da leitura política que o grupo faz sobre o processo de desenvolvimento econômico da cooperativa:

*Não tem vendedor, tu mesma vende o teu produto. Como que tu vende o teu produto? Participando, não é? Em todos os espaços que tu pode estar, tu está. [...] Então sempre tu está levantando para as entidades que estão sendo representadas e a Univens sempre está lá [...] E buscando sempre uma qualidade melhor. [...] a qualidade do tecido,*

*da mão de obra, do prazo... Tudo isso aí tu busca. E o preço também, porque a gente sempre busca fazer o preço justo (Isaurina).*

*Ter um trabalho assim é tão bom... [...] Você ter isso, de poder olhar pro amanhã e saber que ele depende de você. Por isso que o que você faz tem que ser feito com qualidade, porque você tem um compromisso com os outros. [...] além da relação entre nós, que é importante, também passa pelo produto que se faz, porque ele está construindo o amanhã da gente. É a comida que cada um tem, que pra muitas é a única fonte de renda, é a escola que consegue dar, é a roupa que consegue vestir... Entender isso é importante (Nelsa).*

A Univens adota dois regimes distintos de remuneração de acordo com diferenças na organização do trabalho. Os módulos do corte e da serigrafia possuem rotina comum e horários fixos de trabalho e, portanto, dividem igualmente a renda gerada entre os trabalhadores. Já as trabalhadoras da costura optaram pela remuneração por peça produzida. Conforme as cooperadas, esta flexibilidade possibilita o respeito a ritmos diferentes de produção, inclusive diante de idiosincrasias pessoais e familiares que, em alguns casos, demandam uma dedicação e uma renda maior, e, em outros, impedem a realização do trabalho em tempo integral.

### **Sobre o trabalho de campo**

Estive com o grupo de cooperadas diversas vezes nos anos de 2003 e 2004. De modo geral, utilizamos a abordagem etnográfica como referencial metodológico (Geertz, 1978; Sato e Souza, 2001) e em especial duas ferramentas: *observação etnográfica* e *entrevistas* semiestruturadas prolongadas.

O trabalho etnográfico ocorreu durante toda a pesquisa e gerou extenso Diário de Campo. Mas aconteceu de modo mais intenso na *semana de imersão*, período dedicado exclusivamente ao convívio com o grupo. Alojada a poucos metros da cooperativa, estive com elas em diversas atividades: nas conversas ao pé das máquinas de costura ou da mesa de corte, nos cafezinhos

<sup>11</sup> Em 2005, as trabalhadoras da Univens propuseram e organizaram uma grande rede de intercooperação para confeccionar as sacolas par a edição do Fórum Social Mundial daquele ano. Dela participaram 36 empreendimentos, de quatro estados brasileiros. Juntos, assumiram a fiação, a tecelagem e a confecção das sacolas, processo organizado democraticamente, semente da futura Justa Trama (<http://www.justatrama.com.br/home>). Trata-se de uma ampla rede autogerida, formalizada em 2008, que reúne cerca de 600 trabalhadores (as) das cinco regiões do país, e que abarca grande parte dos elos da cadeia têxtil, do plantio do algodão à confecção final. Maiores informações sobre a rede encontram-se disponíveis em tese de doutorado, recentemente concluída, também orientada pela Profa. Dra. Leny Sato (IP-USP) (Andrada, 2013).

na cozinha, nas idas para casa na hora do almoço, no ir-e-vir das entregas de trabalhos, no chimarrão do fim de tarde, na visita a feiras, nas reuniões dos fóruns de que o grupo participa, no momento de lazer no CTG<sup>12</sup>, entre outros.

As intenções em relação ao campo eram ambiciosas. De nada valeriam leituras, viagens e protocolos acadêmicos se não pudesse ter com as cooperadas da Univens um vínculo de confiança sincero. Trataria de questões caras a elas – seus trabalhos, suas famílias, seu querido bairro – e não poderia fazê-lo sozinha. Esta pesquisa, neste sentido, só poderia conhecer bom destino se pudesse ser uma experiência compartilhada, um *entre nós*, jamais mera formalidade ou imposição, ainda que cordatas. Gostaria que pudéssemos de fato conhecer-nos e que elas pudessem nutrir suas próprias aspirações com relação à pesquisa. Queria apresentar-me àquelas pessoas, que já admirava, e, sobretudo, propor uma experiência conjunta<sup>13</sup>.

Após esta fase, retornei a Porto Alegre outras vezes para fazer as entrevistas e respectivas reuniões-devolutivas com as depoentes. Elas seguiram um roteiro geral, elaborado a partir dos objetivos da pesquisa e das observações realizadas, mas também preparamos roteiros individuais. Para isto, selecionamos aquelas passagens do Diário de Campo que faziam menção a cada entrevistada e, a partir das vivências compartilhadas, elaboramos questões específicas. Vale dizer que esta opção metodológica se justifica na medida em que o principal enfoque da pesquisa incidia sobre as cooperadas e não sobre a cooperativa<sup>14</sup>.

## Primeiros encontros, fortes indícios

Os primeiros encontros com as trabalhadoras da Univens foram surpreendentes. Operaram, inclusive, uma reorientação dos objetivos da pesquisa. Acostumada a acolhidas calorosas de outros grupos, deparei-me com um árduo

processo de negociação e constantes recontra-tos da pesquisa (Sato e Souza, 2001). Foi necessária uma conquista trabalhosa do direito de estar ali, o que, aliás, muito nos ensinou. Perguntaram-me por que as havia escolhido, quem financiava o trabalho, por que procedia deste e não de outro modo, etc. Uma delas, inclusive, advertiu-me: “Você é psicóloga, não é?! Não me leve a mal, mas eu não gosto de psicólogos.”<sup>15</sup>

E nos interstícios desta dinâmica de mútuo conhecimento, percebemos que surgiam, pouco a pouco revelados, fortes indícios daquilo que nos propusemos a estudar, ou seja, possíveis repercussões da experiência de autogestão vivida por estas pessoas. A seguir, um exemplo de uma situação da entrada a campo, analisada no que chamamos de *indícios de autonomia*:

*Com exceção de Marília (costura) e Edília (corte), as demais não falaram comigo. Ou melhor, não responderam às minhas tentativas de iniciar uma conversa. Minha primeira impressão é que estavam incomodadas com minha presença e reagiram a isso de modos diferentes: algumas com uma expressão de indiferença; outras, com a expressão direta deste incômodo [...] Pude finalmente conversar com Nelsa. Ela olha fundo e fala de perto, de muito perto. Com as mãos na cintura, me pergunta: “O que você pretende fazer?” Diante de tanta objetividade, gaguejo um pouco, mas consigo apresentar brevemente a proposta da pesquisa. Depois disso apenas ela falou. E falou muito. Começou a me contar a história da cooperativa sem que eu tivesse perguntado [...] Falava rápido, sem pausas; pude notar que se tratava de uma experiência riquíssima, que gostaria de ouvir com mais calma [...] Mas não me pareceu haver, naquele momento, qualquer possibilidade de negociação. Em uma das raras pausas, perguntei se visitas como a minha eram comuns para elas: “Ah, sim. Sempre, sempre!” [...] pude deduzir que ela se viu obrigada, por hábito, a ir me contando a história da cooperativa desse jeito (Diário de Campo, 16/10/2003, p. 6).*

<sup>12</sup> Os Centros de Tradição Gaúcha são associações civis, de cunho tradicionalista, que buscam preservar a cultura popular do estado.

<sup>13</sup> Como veremos, o que se seguiu foram experiências próprias de um encontro franco e muito surpreendente. De fato, as trabalhadoras da Univens exigiram plena autonomia e condição de coautoria em todo o processo da pesquisa.

<sup>14</sup> Ao total foram cinco entrevistas, totalizando cerca de 11 horas de gravação. A escolha das entrevistadas seguiu critérios de representatividade, ainda que não estatística, de características da cooperativa. Queríamos garantir a escuta de representantes de todos os setores produtivos; sócias fundadoras e membros mais recentes; cooperadas que trabalham na sede e pelo menos uma pessoa que trabalha em casa; membros atuais ou passados do Conselho Administrativo e também cooperadas que nunca ocuparam estes cargos; e por fim e naturalmente, pessoas com as quais tive mais contato.

<sup>15</sup> O caso que contextualiza esta situação encontra-se narrado na dissertação (Autora, 2006, p. 40). Em suma, não houve, por parte da cooperada, aversão ou desinteresse pela pesquisa. Pelo contrário, logo auxiliou-me com fotos e informações interessantíssimas – os “casos sobre o inusitado”. Ainda assim, não abdicou de cuidar de suas opiniões, a partir de uma autonomia incontestável. Vimos este, entre outros, como um indício de possibilidade de livre expressão ali. Lembro ter pensado também que provavelmente não ouviria delas apenas “o que o pesquisador quer ouvir”.

Os trechos acima apontam fenômenos curiosos. Como em todo primeiro contato entre pessoas que não se conhecem, há constrangimento. No entanto, a maior parte dele não se encontra nas pessoas que estariam no lugar de “pesquisadas”, mas naquela que chega como pesquisadora. Mesmo constrangidas ou incomodadas, as cooperadas seguiram com seus trabalhos normalmente. Não se curvaram ao dever de ter comigo gestos corteses, mas contrários às suas vontades. Não parece haver ali patrão, encarregado ou líder capaz de fazê-las cumprir um papel postiço, alheio ao que sentem. Outro ponto interessante é que é Nelsa quem dispõe de um *script* de como lidar com aquela situação, que orienta nossa interação ali: mostrar as instalações, apresentar os setores e suas trabalhadoras, contar a história da cooperativa. Ela é a pessoa experiente em cena, que logo assume o controle da situação sem titubeios. Depois sabemos que esta também é a maneira com que se relacionam com quem quer que delas se aproxime: um modo exigente, autônomo e muito desenvolvido politicamente que, mesmo parcialmente, poderia ser marca daquela forma de viver o trabalho e a vida cotidiana<sup>16</sup>.

Cabe ressaltar a importância do método etnográfico nesta etapa, que se destacou também nos desdobramentos deste trabalho (Andrada, 2010). Ele possibilitou uma percepção atenta e dedicada dos movimentos das trabalhadoras no cotidiano e a busca de seus sentidos, naquele contexto. Além disso, permitiu a coparticipação delas no desenho da pesquisa, em parte, por exigência do grupo.

Além deste processo de negociação, outros fenômenos se destacaram nos primeiros contatos com o grupo. Mas como de início não era possível compreender seus sentidos – tal como as “piscadelas dos meninos” observados por Ryle (Geertz, 1978)<sup>17</sup> –, escrevemos a respeito sob a forma de *indícios*. São eles: *indícios de autonomia; indícios do convívio entre trabalho e política no cotidiano; e indícios de enraizamento na relação com a Vila e com a cidade*<sup>18</sup>.

Estes achados iniciais revelaram-se importantes para a continuidade da pesquisa. Por meio deles notamos, por exemplo, que frequentemente as cooperadas me conduziam para fora da cooperativa e de suas casas. Conforme soltava o corpo, ia sendo levada pelas mãos delas a conhecer outros sítios, como as ruas da Vila ou as reuniões do OP – lugares que pareciam guardar parte do que eu queria conhecer. Ali, nesses espaços, elas me demonstraram também que parte daquilo que a princípio reluzia como repercussão da autogestão na cooperativa (o enraizamento e a desenvoltura política, por exemplo) poderia ser anterior e, em parte, fatores que motivaram a sua proposição. Assim, diante da força destas revelações indiciais, reescrevemos parte dos objetivos para contemplar também a compreensão dos processos históricos da Vila e da cooperativa.

Os primeiros contatos com o grupo também jogaram luz para as histórias individuais e para as características identitárias de cada cooperada. Para ouvir estas singularidades, compreender como informaram o processo de construção desta autogestão e como esta, por sua vez, repercutiu nas vidas das cooperadas, realizamos as entrevistas.

### As principais repercussões da autogestão segundo as cooperadas

Como resultados, apresentamos na dissertação a história da Vila e da cooperativa, além dos casos de quatro cooperadas. Se as trajetórias de Isaurina, Gladis, Julieta e Nelsa se encontraram na experiência coletiva da Univens, elas a significaram a partir de suas especificidades, o que remete ao cunho social e, ao mesmo tempo, singular de todo processo de significação. Por isso, na dissertação, privilegamos as falas das cooperadas e apresentamos a história de trabalho de cada uma, para depois tratar das repercussões da autogestão citadas por ela. Mas, apesar de reconhecer a importância

<sup>16</sup> Com o desenvolvimento da pesquisa, veremos, tornou-se evidente que elas buscam a autogestão não apenas na égide do trabalho, mas em todas as relações com o mundo social, como nas reuniões do Orçamento Participativo da Vila, no posto de saúde, na escola ou na creche comunitária que também ajudaram a organizar.

<sup>17</sup> Para Geertz (1978), o que define o empreendimento etnográfico não são suas técnicas ou instrumentos, mas o tipo de esforço intelectual que representa, ao se propor construir uma descrição densa do campo em estudo, em contraposição ao que Ryle chamou de “descrição superficial”. Ryle discute estes modos de descrição e seus diferentes efeitos interpretativos tomando como exemplo a cena das “piscadelas dos três meninos”. Porém, diferentemente de Ryle, que observava à distância as piscadelas dos meninos, tentando alcançar os sentidos que eles conferiam a elas, havíamos penetrado no campo das cooperadas pelas circunstâncias da pesquisa.

<sup>18</sup> Ao falar em enraizamento, surgem implícitos os principais apoios teóricos deste trabalho: as ideias de Hannah Arendt (2000 [1958]) sobre trabalho e ação política, e as ideias de Simone Weil (1996 [1951]) sobre trabalho e enraizamento; e de ambas, sobre necessidade e liberdade. Ao longo deste texto, retornaremos a estes conceitos.

das sínteses individuais, não é nosso propósito tratar de cada uma delas aqui.

Deixemos como exemplo o caso de Isaurina, que conheceu o trabalho criança, na agricultura familiar. Ao chegar a Porto Alegre, ela estranhou a subordinação e a presença sempre ameaçadora da necessidade (termo utilizado por ela) – o risco de não ter garantido seu sustento:

*No momento que eu fosse fortalecer a cooperativa, eu ia voltar a ter aquele trabalho que eu tinha lá na agricultura. Que eu administrava, que eu mandava, que eu era livre. E eu vim pra cidade e tive que ser uma pessoa que teve que ser mandada, que tinha que fazer o que os outros mandavam. E, dentro da cooperativa, eu enxerguei que a gente ia formar um grupo de pessoas que iam se autoadministrar. Ninguém iria te mandar. [...] E tu não vai pra rua! [...] Tu tem uma segurança imensa em cima do trabalho ali (Isaurina).*

Não por acaso, mas pela sua história, portanto, ela situa o *direito ao trabalho* e a *autonomia* entre as principais repercussões da autogestão da Univens na sua experiência.

Passamos a apresentar as principais repercussões da autogestão, citadas pelas trabalhadoras, de modo geral. São elas: *autonomia* (em contraposição à subordinação); *adaptação do trabalho à pessoa*; *aprimoramento de habilidades políticas* (o ouvir, o falar e o negociar posições divergentes); *possibilidade de mudar a realidade em que se vive*; *o direito ao trabalho*; *pertencimento ao grupo da cooperativa*; *enraizamento no trabalho, na Vila e na cidade*.

### **A autonomia**

Sentir que o futuro depende delas e do embaite com as circunstâncias, e não de outrem a quem estejam subordinadas, é uma expressão resultante da posse dos meios de produção, que, na cooperativa, pertencem aos trabalhadores (Singer, 2002). A conquista da autonomia como condição de trabalho foi uma das repercussões da autogestão mais citadas pelas cooperadas. Com efeito, se não dependem de um patrão, por outro lado sentem seu futuro atrelado ao grupo e às vendas de seus produtos no mercado. Estas últimas, conforme as trabalhadoras, encontram-se diretamente ligadas à qualidade do trabalho que realizam. E, nesta outra ordem de dependência, dizem elas, sentem dispor de mais controle, liberdade e poder de intervenção no trabalho, ainda que sofram com os limites e as vicissitudes do mercado capitalista.

Julietta aponta também outro aspecto da condição de autonomia, a possibilidade de conciliar melhor as demandas da família e do trabalho, tema que logo discutiremos:

*Quando eu era empregada era diferente. [...] [Hoje] Eu posso sair, ir pra alguma palestra ou ir no médico. Se eu estou com um problema na minha casa, eu posso ir, tenho toda a liberdade de ir, porque os meus colegas vão aprovar: "Vai, Ju, que tu está com problema." E não vou deixar de ganhar aquele meu dia. Se eu precisar ir viajar [pela cooperativa]... É uma coisa bem legal, que eu não poderia ter num emprego (Julietta).*

### **A adaptação do trabalho à pessoa: considerações sobre a saúde das trabalhadoras**

Uma vez gozando de autonomia para organizar seus processos de trabalho, os cooperados podem fazê-lo de forma a servir, ao menos em parte, suas necessidades. Como limites, terão que considerar as circunstâncias da produção e da comercialização de seus produtos ou serviços, que, sublinhe-se, precisam atender aos padrões e exigências do mercado, como as empresas capitalistas (Rufino, 2003). Ouçamos Nelsa, que mais tratou da relação saúde e trabalho neste contexto:

*A gente tem que repensar as novas formas de trabalho, que direitos a gente acha que são importantes de serem preservados, que outros direitos vão ter que ser construídos por nós. Por exemplo, a saúde hoje. Pra mim é uma coisa fundamental. [...] A saúde no trabalho, as condições de trabalho. O fato de às vezes a gente ficar sentada sete horas direto ou ficar em pé o dia inteiro. Nós precisamos pensar nisso, porque é a nossa vida. [...] Quando a gente fala de agregar mais valores no trabalho, não significa ganhar mais, significa trabalhar menos. [...] Trabalhar menos pra gente ter uma vida melhor (Nelsa).*

A saúde do trabalhador, no bojo da tensão capital-trabalho, base do modo de produção capitalista, tem sido objeto de numerosos e densos estudos no âmbito das ciências sociais, da saúde coletiva e da psicologia social do trabalho (Lacaz, 1997; Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 1997; Sato, 1992, 1993).

A princípio, e por contraste, podemos pensar que não haveria dificuldades em pautar a saúde dos trabalhadores no contexto da autogestão. Mas, de modo geral, este é um assunto pouco tratado formalmente nas cooperativas. Muitas vezes, isto é justificado pela necessida-



de de canalizar os esforços no sentido de garantir a viabilidade econômica do empreendimento, o que, por sua vez, pode ser um fator de risco à saúde, ao menos em fases economicamente críticas. Fenômenos típicos desta etapa são as jornadas extensas, reuniões à noite e aos fins de semana e a realização de atividades de gestão no âmbito doméstico, após o horário de trabalho. Ou seja, no interior das relações autogestionárias não está presente diretamente a tensão capital-trabalho como fonte de adoecimento e de sofrimento dos trabalhadores, o que não significa que não operem outras formas de tensão, advindas do embate com o mercado capitalista. No caso destes trabalhadores, portanto, a fonte de tensão é exterior, mas opera com vigor.

De fato, não acompanhamos reuniões formais para tratar da saúde das cooperadas durante a pesquisa. Mas notamos que elas debatem o tema informalmente, no cotidiano de trabalho. Desta forma, e por meio de análises críticas, o grupo tem adotado medidas para promover a saúde ou reduzir riscos de adoecimentos relacionados ao trabalho, dentro dos limites estreitos de suas possibilidades. A situação a seguir é exemplo disso:

*Quando estávamos fazendo a multimistura [atividade já desempenhada pelo grupo], para torrar o farelo, tinha que ficar duas pessoas mexendo numa panelinha, com uma colher. Quando nós conseguimos a máquina, não precisava mais ninguém mexer. Nós conversamos sobre isso: “Se nós estivéssemos em uma empresa capitalista, a Dona Benta e a Dona Maria iriam pra rua.” Porque a máquina substituiu as duas. [...] A gente falava: “Olha que legal, enquanto a máquina faz, a gente pode conversar, a gente pode estar mais tranquilo, não precisa estar mais naquele ritmo.” Por que vai sofrer se não precisa? [...] A gente só consegue olhar assim se tiver um espírito coletivo inteiramente não capitalista, porque realmente, no mundo capitalista, a primeira coisa que se faz é eliminar a pessoa (Nelsa).*

Segundo Sato (1992), mesmo nas relações capitalistas de trabalho, as possibilidades de intervenção para amenizar o sofrimento operário devem amparar-se na subjetividade e nos conhecimentos práticos dos trabalhadores. Ela salienta que o controle sobre o trabalho é um dos fatores fundamentais para que o trabalhador alcance uma condição de trabalho melhor. Este controle, por sua vez, apoia-se nos seguintes requisitos: familiaridade com a prática do trabalho, poder de intervenção sobre ela e possibilidade de reconhecer o limite subjetivo

de cada trabalhador (Sato, 1993). Como vimos, as cooperadas da Univens gozam de um considerável controle sobre o trabalho e, por conseguinte, detêm as demais condições apontadas. Prova disso é o próprio processo de construção da cooperativa e a promoção de adaptações do trabalho às necessidades familiares.

No caso das cooperativas – em especial, numa pequena cooperativa de costureiras –, os trabalhadores encontram poucos limites para promover pequenas adaptações no ambiente de trabalho (no ajuste das máquinas, por exemplo). Na maior parte das vezes, essas descobertas são rapidamente socializadas e postas à disposição de todo o grupo (Esteves, 2004). Este fato, muito observado entre as cooperadas da Univens, talvez ajude a justificar as poucas queixas de adoecimentos ou sofrimentos oriundos do trabalho, exceto o cansaço, fruto das extensas jornadas.

Ao que tudo indica, portanto, as relações autogestionárias permitiram a assunção das condições de trabalho e da saúde das cooperadas como tema no interior do grupo e, mais do que isso, possibilitaram a tomada de decisões no sentido de promover um ambiente e um processo organizativo mais saudável, o que por si, significa uma importante repercussão desta experiência da autogestão. Porém, é nítida a ideia entre as cooperadas de que se trata de um processo em desenvolvimento e que enfrenta muitos empecilhos para realizar-se satisfatoriamente.

Outro aspecto é que, se nas relações autogestionárias, o trabalho parece se adaptar à pessoa e não o contrário, como consequência, as esferas da família e do trabalho surgem menos apartadas e com limites mais flexíveis. A partir daí pode-se, por exemplo, contemplar a necessidade de parte das cooperadas de trabalhar em casa, o que, por sua vez, acarreta ganhos e perdas para a cooperativa e para a trabalhadora. De um lado, a participação política cotidiana destas pessoas na cooperativa se restringe; elas fatalmente delegam um poder maior às companheiras alocadas na sede. De outro, possibilita conciliações entre atividades domésticas e laborais que, em outros vínculos de trabalho, seriam impossíveis.

As cooperadas que trabalham na sede também relatam repercussões importantes da autogestão para as relações familiares. A possibilidade de almoçar com os filhos ou de levá-los à escola diariamente – condição também propiciada pelo princípio de que todas devem residir na Vila – significou uma conquista valiosa.

O direito que os filhos têm de circular pelo lugar de trabalho das mães e recorrer a elas quando necessário brinda a todos com uma maior segurança e possibilita, inclusive, que alguns deles cultivem o desejo de trabalhar ali. Para destacar a relevância disto, citamos trecho do livro de Nelsa, no qual ela narra uma situação antagônica, vivida como operária:

*A vida ia ficando pequena porque não via o sol durante a semana. O trabalho da casa se acumulava. Não conhecia meus vizinhos. [...] Mas o que sempre me angustiou muito é ver homens e mulheres do meu lado completando 20 ou 25 anos na empresa, fazendo sempre a mesma coisa e, ao mesmo tempo, não sabendo produzir nada por completo. Reduzir toda uma vida a isso em nome do quê? Da sobrevivência? O que deixa nesta vida? O que aproveitou dela? [...] E o pior é o retornar à noite. O que fazer primeiro? Dar atenção aos filhos? Arrumar a cama? Lavar roupa? É o tempo em que a mulher mais tem sonhos, e que aos poucos, a rotina do dia a dia os faz desaparecer, como que atrás de uma cortina de fumaça. E o pior, olho para meu lado e vejo que essa é a rotina dessas mulheres empregadas. É uma fase? Pode até ser, mas também a idade dos 20 aos 30 anos também é só uma fase e ela não retorna mais (Nespolo, 2003, p. 4).*

### O aprimoramento de habilidades políticas: o ouvir, o falar e o negociar posições divergentes

Da intervenção cotidiana na produção e gestão da cooperativa, bem como da participação política nos diversos fóruns dos quais o grupo participa, emerge outra importante repercussão da experiência dessas trabalhadoras: o aprimoramento de habilidades políticas como o ouvir, o falar e o negociar posições divergentes. O trecho abaixo fala por si:

*Se tu tem que ter um diálogo maior, tu vai com uma abertura maior pra fora. Quando eu não estava na cooperativa, eu não tinha conhecimento, eu não conversava com vereador, eu não conversava com pessoas de entidades. Eu não tinha muita participação nas coisas. Era dificuldade, pra mim, chegar e escutar as pessoas falarem, quanto mais eu chegar e falar. E hoje em dia, quer dizer, tem 20 pessoas lá, e eu garro e vou lá, contar a história da cooperativa e conversar. [...] Por exemplo, naquela época, que eu trabalhava de empregada, jamais eu ficaria esse tempo todo conversando contigo. Jamais! [...] Graças à cooperativa que evoluiu a minha vontade de expor. Eu já não me sinto naquela dificuldade porque eu entendi*

*que nem todo o mundo tem a mesma facilidade de conversar, nem todo o mundo fala da mesma maneira. Mas as pessoas entendem da mesma forma. [...] E quanto mais a gente conversa com as pessoas, mais tu aprende, e tu tem aquele melhor conhecimento pra sobrevivência (Isaurina, grifos nossos).*

Como as plenárias do Orçamento Participativo, o cotidiano de trabalho da Univens apoia-se nos princípios da democracia participativa. A cooperativa, por sua vez, não só propicia a constituição de arenas de negociações micropolíticas, nas quais os sócios trabalhadores fazem uso da palavra, como necessita delas para sua sobrevivência econômica e política (Sato e Esteves, 2002; Esteves, 2004). Julieta foi quem mais tratou desta questão. Entre outras coisas, ela apresenta sua participação nas assembleias da cooperativa como um processo de “colocar e aceitar ideias”, qual seja, de negociar posições e entendimentos por meio do discurso (Arendt, 2000; Esteves, 2004):

*Eu mesma, nas primeiras assembleias, quase não falava nada. Às vezes eu ficava apavorada! E não falava. Bem, no começo eu queria mais era observar como era. Depois eu comecei a colocar minhas ideias, a aceitar as ideias delas e... Foi bom! Eu mesma adoro. Adoro. Adoro receber grupos pra passar nossa experiência também, e eles trazem a experiência deles... (Julieta, grifos nossos).*

Partindo de uma concepção fenomenológica, é impressionante a mudança de orientação que a participação na cooperativa opera em seus membros na relação que estabelecem com o mundo, inclusive ampliando o alcance de sua perspectiva – como demonstrou Isaurina. Participar da Univens é também, para muitas delas, deslocar-se para fora, para o mundo além-cooperativa. Significa travar diálogo não somente no interior do grupo, mas também fora de seus limites, com outros grupos, com representantes do poder público, de movimentos sociais, etc. Vale destacar que esta participação acontece primordialmente por meio da fala, ou seja, do discurso. E obviamente o discurso pressupõe fala, mas também escuta. Não bastaria perder o pavor de falar para alcançar a desenvoltura política de que dispõem atualmente muitas cooperadas da Univens, pois se trata de uma experiência essencialmente dialética (Arendt, 2000).

Quem mais referiu à necessidade de uma escuta cuidadosa como uma habilidade aprimorada pela experiência da autogestão foi também Julieta. Ela afirma que é preciso “ten-

tar entender as pessoas” a partir do “lado delas”, ou seja, a partir do lugar que elas ocupam em um determinado campo micropolítico, para então compreender as razões que embasam suas atitudes e opiniões.

Desta forma, a escuta de que fala Julieta é parte de uma comunicação que toma como prerrogativa a existência de diferenças entre as pessoas. Para ouvi-las melhor, é preciso deslocar-se para o lugar a partir do qual falam – “o lado delas”. Sabe-se que o exercício da alteridade nunca é vivido por completo; jamais poderemos ocupar de fato o lugar de outrem. No entanto, operar com a existência das diferenças e buscar identificar os sentidos que informam determinada singularidade são pontos essenciais para a busca do entendimento e do exercício democrático.

Outra habilidade política intrínseca a esta comunicação de que falamos aqui alude não apenas à escuta ou à fala, mas aos métodos que podem ser empregados para tornar mais eficaz e menos conflituoso o diálogo – métodos que também passam pela viva consideração da singularidade do outro. Nas palavras de Julieta, trata-se de “aprender a como chegar em cada um”:

*Nem todo o mundo pensa igual, nem todo o mundo é igual. [...] Eu tento entender as pessoas ou como posso chegar em cada uma e falar as coisas, sabe? [...] Na cooperativa mesmo, é muita gente. E cada um tem um comportamento; então a gente tem que aprender a conviver e aprender a como chegar em cada um (Julieta).*

Ao estudar experiências autogestionárias, Henrique Parra (2002) dedica-se ao exame do que ele chamou de *aprendizado democrático*, no seio da tensão entre as racionalidades econômica e democrática que opera sobre os empreendimentos da Economia Solidária. Nesse contexto, ele afirma que “a descoberta da fala, da capacidade de expressar e debater sua opinião em público, é talvez o melhor exemplo desse processo de aprendizado” (Parra, 2002, p. 161).

De fato, trata-se de um aprendizado que guarda desafios. Ao ser perguntada se participa de reuniões fora do âmbito da cooperativa,

Julieta revela parte deste processo para o qual, diga-se de passagem, o apoio de suas companheiras de grupo revelou-se fundamental:

*Eu tinha mais medo no começo. Agora eu acho que estou conseguindo conciliar melhor. Eu comecei a ir... e comecei a descobrir: “Meu Deus! Eu não sou tão humilde assim que eu não possa aprender...” Eu só dizia pra Nelsa: “É que lá eles falam tanta palavra difícil, Nelsa! ‘A instância’, ‘a dinâmica’...” Coisas que não eram do meu cotidiano. Então eu dizia: “Tá, Nelsa. Eu vou nessa reunião. Mas eu vou trazer tudo quanto é palavra difícil que eles falarem e você vai ter que me explicar.” “Então tá, Ju.” **Então é legal, porque tu sempre aprende alguma coisa.** [...] Eu fui me soltando mais. No começo, quando vinham aqueles grupos aqui, conhecer a gente... Ai, eu **entra-va em desespero!** [...] Mas eu tinha que falar. Então eu fui me soltando (Julieta, grifos nossos).*

E, a partir deste processo de aprendizado democrático, por meio do qual habilidades políticas vão sendo buriladas, Julieta descobriu algo muito significativo: o reconhecimento de que não era “tão humilde assim que não pudesse aprender”. Esta frase tem o peso de uma revelação, em grande parte promovida pela vivência de um trabalho coletivo e democrático, ancorado, portanto, na expressão política de seus sujeitos. Mas ela também fala de uma triste realidade, qual seja, a de que muitas pessoas se sentem impedidas de aprender, talvez, por uma história marcada pelo embotamento de suas expressões que, quando não são consideradas impróprias, na maioria das vezes são simplesmente ignoradas:

*Geralmente são pessoas humildes<sup>18</sup> [as que procuram apoio na Univens para formar uma cooperativa], que são massacrados aí na rua [...] Depois, quando tu vê, eles estão lá, se alastrando, também estão indo. Por que o sol nasceu pra todos. [...] Eu acho que a gente chega ali com uma cabeça diferente, mas dali tu aprende. Tu tem que ser diferente, ser solidário. Tem que saber o que quer, querer aprender... Sempre aprender (Julieta).*

As afirmações de Julieta articulam o desenvolvimento destas habilidades a um determinado contexto micropolítico e às relações

<sup>18</sup> Julieta usou o termo *humilde* várias vezes, talvez para enfatizar a importância da descoberta de que poderia aprender. Por *humilde*, ela parece entender uma certa condição de fragilidade, ocasionada por sucessivos “massacres”. Isso nos coloca em contato com os estudos de Gonçalves Filho (1998) sobre humilhação social, no tocante à condição operária e ao exercício de atividades subalternas. Os verbetes *humilde* e *humilhar* em Holanda Ferreira (1988) confirmam a interpretação de Julieta e revelam uma articulação entre si: “**humildade**. S. f. 1. Virtude que nos dá o sentimento da nossa fraqueza. 2. Modéstia, pobreza. 3. Respeito, reverência, submissão. **humilde**. Adj. 2 g. 1. Que tem ou aparenta humildade. 2. Singelo, simples, modesto, pobre. 3. Respeitoso, acatador, submisso. S. 2 g. 4. Pessoa pobre, de condição modesta” (p. 346). Na mesma página, **humilhar** aparece primeiro como “tornar humilde”.

de trabalho que, no caso, envolvem estes sujeitos. Se a experiência cooperativa possibilitou a assunção e o desenvolvimento do falar, do ouvir e buscar constantes entendimentos, esses fenômenos não apenas são bem-vindos nesta situação, mas são necessários, conforme afirmamos. Como disse Julieta, “eu tinha que falar”. Não há escolha a ser feita, uma vez que o silêncio da maioria põe em risco a autogestão da cooperativa, pode fazer emergir relações desiguais de dominação no interior do grupo (Singer, 2002). Por outro lado, a humildade a que se refere Julieta também é uma produção histórica, advém de relações de trabalho que prescindem da revelação política dos trabalhadores:

*Eu reconheço que eu não sou tão humilde a ponto que não possa aprender as coisas, que eu não possa entender as coisas. Eu me fortaleci mais, porque, apesar de todos os anos de experiência de trabalho, eu era mais quieta. Eu não sabia se eu tinha algum dom, dom de falar ou dom de entender as coisas. [...] Antes eu era... Eu era boazinha, mas não era muito de me abrir, de falar. [...] Parece que têm pessoas que se taxam de humildes, de coitados... Eu acho que essa coisa de cooperativa também está fazendo muito as pessoas crescerem, a ver que ela também é importante [...]. Muda, nesse sentido. Existem trabalhos em que a pessoa pode ficar anos sem que ninguém chegue e pergunte a opinião dela sobre aquilo (Julieta, grifos nossos).*

Assim como Julieta, outras cooperadas também associaram o desenvolvimento destas habilidades políticas a um processo de aprendizado em si que, por seu turno, abre caminhos a outras aprendizagens. Trata-se de aprender a falar e a ouvir o outro e, assim, poder “aprender a entender e a resolver as coisas” para, em seguida, ter o desejo de aprender mais:

*Ele [o cooperado] aprende muito. Ele aprende a se defender, ele aprende a administrar, ele aprende a dialogar. [...] E eu quero aprender mais, eu quero ver se eu faço um curso, tipo administração. Eu quero estudar! [...] Era um sonho antigo, mas agora eu quero mais (Julieta).*

Há outro aspecto de que vale tratar. Algumas cooperadas puderam de fato estender parte destes aprendizados oriundos das práticas autogestionárias – diálogo entre diferentes, poder de negociação e de intervenção política – para outras relações, como as familiares. Ouvimos Terezinha a respeito:

*Tu estava sempre ensinada a quê? A trabalhar. Tu vai pro serviço, pega o ônibus, volta pra casa... Aí de repente tu está ali na cooperativa, tu tem todas essas coisas de trabalho, mas tem uma reunião pra ir lá, tem uma feira pra ir aqui [...] E chega lá, uma dá uma ideia, a outra já dá uma outra ideia [...] Mexe tudo dentro da gente, na vida de casa [...] Quando o Jacy [o marido] entrou na minha vida, eu já estava na cooperativa, então eu já estava naquela coisa de divisão. Essa coisa de só eu trabalhar aqui dentro de casa, não. Então se eu ia pro colégio, no caso, eu deixava um bilhetinho pra ele: “Tu dá banho no David e tu faz a janta.” [...] Antes eu pensava: “Meu marido passou o dia inteiro lá fora, trabalhando pra trazer o dinheiro pra casa, por que ele vai ter que me ajudar no serviço da casa?” E hoje eu penso de outra maneira. [...] Eu trabalhava tanto quanto ele. Mais do que ele, porque eu trabalhava pra botar o dinheiro também, trabalhava pra cuidar dos filhos, trabalhava pra cuidar dele e pra cuidar da nossa casa. Só que eu achava que era natural, aquilo ali. Agora, se o meu marido chega, e eu digo pra ele fazer alguma coisa, e ele diz: “Não, eu estava trabalhando, estou cansado.” Eu digo: “Não, eu também estava trabalhando, eu também estou cansada. Então por que tu vai ter o direito de sentar no sofá, olhar televisão e tomar o chimarrão, enquanto eu estou lá no tanque lavando roupa, se nós dois estávamos trabalhando o dia inteiro?” [...] A gente aprende a barganhar. Aprende a lidar com essas situações. Pra mim, a cooperativa me deu muito disso daí, de eu me valorizar como pessoa [...]. Eu não sou mais uma pessoa pra ser mandada. [...] A gente usa isso na cooperativa e usa isso lá em casa. Tudo faz uma coisa só, é uma grandiosidade tudo isso (Terezinha; grifos nossos).*

### **A possibilidade de mudar a realidade em que se vive**

Cabe ainda falar de outra repercussão da experiência do grupo, que se alimentou da prática autogestionária, mas que começou antes dela, na luta por melhorias no bairro em que vivem. Trata-se da crença na possibilidade de sonhar com transformações políticas e de fato vir a conquistá-las, muitas vezes transcendendo os limites locais. Nelsa foi quem mais se dedicou a este tema. É interessante notar abaixo que ela estende esta crença a todos, vislumbrando a construção de outra sociedade, promovida por sujeitos sociais como elas:

*O que mais me motiva é que isso [a relação entre a Vila e a cooperativa] podia ser uma roda, sabe? [...] Essa roda está acontecendo, mas podia girar mais. [...] Hoje tem as portas abertas*

*pra isso, nós fomos construindo. Foi a cooperativa que abriu essas portas. E também, ao mesmo tempo, me dá muito orgulho ver que tem isso e que também tem essa possibilidade a nível nacional, sabe? Isso me dá uma alegria tão grande... [...] Esse sonho aqui... Acho que é muito importante essa fase que a gente está vivendo, de ter uma sede própria, da gente conseguir viabilizar, porque a gente vai estar firmando o projeto de vez. [...] A gente está dizendo que é realmente possível, sem interferência de nada, a gente tocar (Nelsa, grifos nossos).*

Outras cooperadas também falam sobre esta “possibilidade de sonhar”, aberta pela cooperativa, ao expor projetos audaciosos de transformação social com entusiasmo e sem recatos, como veremos. Mas se a autogestão da Univens ressoou de modo singular em cada cooperada a depender de suas vivências anteriores, devemos salientar que, no caso de Nelsa, que desde a juventude envolveu-se em diversas lutas por justiça social, foi a autogestão no âmbito do trabalho que a fez de fato acreditar na possibilidade de transformações políticas maiores:

*Então a cooperativa pra mim, o que ela mais mexeu é isso, é poder ver essa capacidade que a gente tem de tocar... E que não tem limites, que pessoas com histórias de vida diferentes podem trabalhar juntas, podem mexer com dinheiro junto... A gente pode administrar juntas que dá, sabe? E que essa sociedade, que a gente sempre sonhou, pode estar acontecendo em espaços menores, o que significa que num espaço maior ela também é possível.<sup>19</sup> [...] Olhar para trás e pra tudo o que a gente conseguiu vencer, meu Deus! Então ela mexeu mais na credibilidade na capacidade do ser humano, de pensar que a gente não precisa de muita coisa. Os sonhos que o ser humano realiza não são sonhos que precisem de muito dinheiro ou de muita instrução. [...] Meu Deus do céu! O que não dava pra fazer com esse mundo, com esse país?! Tendo seriedade... [...] Hoje a cooperativa, Cris... Ah, ela fica, né?! (Nelsa, grifos nossos).*

Por fim, pedimos atenção à frase final de Nelsa. Após olhar para as conquistas do gru-

po e para as possibilidades de transformações maiores delas advindas, ela retorna os olhos para a cooperativa e enfatiza sua permanência. A relação entre trabalho, ação política e o que chamaremos de *permanências* também será tema das conclusões da pesquisa, expostas a seguir, em conjunto com as demais repercussões da autogestão citadas pelas cooperadas.

## Conclusões – O encontro da política com o trabalho na autogestão da Univens

Após considerações gerais, apresentaremos os três eixos em torno dos quais se aglutinam as principais conclusões da pesquisa. O primeiro trata do Orçamento Participativo como fonte simbólica da Univens, em termos políticos. O segundo eixo apresenta as principais repercussões desta experiência como *permanências*, enquanto o terceiro aponta para uma “repercussão de segundo grau” destas *permanências*.

A partir da pesquisa, podemos concluir que a autogestão vivida na Univens disparou ou aprimorou diversos processos de transformação nas vidas das cooperadas, e em várias esferas – no âmbito do trabalho propriamente, mas também nos espaços da família, do bairro e até mesmo nas relações que estabelecem com a cidade em que vivem. Também destacamos a importância das histórias de trabalho individuais na demarcação das repercussões mais importantes para cada uma.

Localizamos princípios importantes que conferem identidade à organização e ao cotidiano da cooperativa e que continuamente informam os processos psicossociais de influência mútua (cooperativa – outras esferas da vida social) que ocorrem na vida das cooperadas. No caso da Univens, por exemplo, a livre circulação de informações entre elas, a não separação entre o trabalho administrativo e o produtivo (o que também torna indistintas as tarefas intelectuais e manuais) e, do ponto de vista externo, a fusão entre o trabalho econômico e o político, como bem apontou o Prof. Paul Singer<sup>20</sup>, são aspectos de aguda importância na determinação das repercussões e dos

<sup>19</sup> Em seminário realizado em São Paulo, Paul Singer questiona a existência de um “âmbito do socialismo”: “Não sei quem decidiu que só se pode construir o socialismo em um determinado âmbito geográfico, por exemplo, um país. Quer dizer, ou há hegemonia no país, ou não há socialismo. [...] Essa questão de âmbito é falsamente colocada. [...] quero dizer a vocês que o socialismo pode ser feito em qualquer âmbito, mesmo no âmbito de uma pequena cooperativa, para não falar das maiores. Isso de que em uma certa dimensão não é socialismo não faz sentido; socialismo é um tipo de sociedade, é um tipo de relações humanas, e não só de produção, é uma sociedade igualitária, democrática e, sobretudo, fraterna” (Haddad et al., 2003, p. 91-92).

<sup>20</sup> Comunicação pessoal por ocasião do Exame de Qualificação da pesquisa (22/11/2004).

diferentes modos de significar a experiência de autogestão.

Por outro lado, observamos que no interior de uma mesma cooperativa podem coabitar *várias experiências de autogestão*, do ponto de vista da percepção psicossocial que cada cooperada tem a partir do lugar que ocupa neste campo. Ainda que elas se encontrem nos limites físicos e simbólicos do mesmo empreendimento, experimentam-se ali cotidianos micropolíticos distintos, como ocorre entre quem trabalha em casa e na sede, ou entre quem trabalha nas seções do corte e da serigrafia, por exemplo. Estas diferenças, como vimos, advêm de modos de organizar o trabalho e de questões sociotécnicas e micropolíticas.

### De volta à *querência*<sup>21</sup>: o Orçamento Participativo como fonte simbólica da cooperativa

Como dissemos, já nos primeiros encontros as cooperadas nos induziram a olhar para fora dos limites da cooperativa, ou melhor, para as relações que travavam com os espaços da Vila e da cidade. E mais, por meio dos tais *indícios*, pareciam apontar que deveríamos considerar não apenas o presente do vivido ali, mas também a história delas com estes lugares.

Se grifamos o caráter em parte singular das repercussões da experiência de autogestão na vida das cooperadas, é certo também que ela tem como fonte aquilo que lhes foi ou é comum. Em meados dos anos 90, as futuras fundadoras da Univens tinham em comum as ausências e as precariedades da Vila. Um bairro “a meio construir”, de ruas anônimas e escuras, por onde corria aberto o esgoto insalubre. Partilhavam da mesma desolação diante do posto de saúde fechado, das práticas clientelistas da Associação de Moradores ou da falta de perspectivas de trabalho para si e suas famílias. Esta imagem infelizmente se assemelha com a de muitos bairros das periferias das grandes cidades brasileiras. Gonçalves Filho (1998) analisou esta realidade:

*A visão dos bairros pobres parece, às vezes, ainda mais impiedosa do que a visão de ambientes arruinados: não são bairros que o tempo veio corroer ou as guerras vieram abalar, são bairros que mal puderam nascer para o tempo e para a história. [...] Ocorre que ali o trabalho humano sobre a natureza e sobre a cidade parece interceptado. [...] os recursos, sobre os quais o homo faber investe seu poder inventivo, foram perdidos ou nunca foram alcançados [...] (Gonçalves Filho, 1998, p.16, grifo nosso).*

Se, por muito tempo, era esta também a visão que se podia ter da Vila Nossa Senhora Aparecida, ocorreu ali um profundo processo político capaz de promover a reunião dos moradores com os recursos necessários para a reconstrução material e simbólica do bairro<sup>22</sup>. Para Hannah Arendt (1972), sempre que uma ação interrompe automatismos pode ser considerada um “milagre”:

*A história, em contraposição com a natureza, é repleta de eventos; aqui, o milagre do acidente e da infinita improbabilidade ocorre com tanta frequência que parece estranho até mesmo falar de milagres. [...] é até mesmo um aviso de realismo procurar pelo imprevisível e pelo imprezível, estar preparado para quando vierem e esperar “milagres” na dimensão da política (Arendt, 1972, p. 218-219).*

Porém, do ponto de vista arendtiano, o caráter miraculoso das ações restringe-se à capacidade de contrariar leis estatísticas. Não se trata de ações individuais do tipo heroicas, afinal, toda ação transformadora precisa de um coletivo de iguais, que compartilham certo campo, entre outros condicionantes. Uma questão importante para a erupção do processo de transformação na Vila foi o diálogo político que parte dos moradores pôde travar sobre aquela realidade compartilhada. Porém, mais do que a simples pauta desta realidade (o que não é pouco), o que pareceu fundamental ali foi a assunção e a ocupação de um *espaço público* real, como foi o Orçamento Participativo nesta Vila<sup>23</sup>. Nelsa esclarece: “Minha transição para o espaço público foi sobretudo

<sup>21</sup> Na cultura popular gaúcha, significa o “lugar onde alguém nasceu, se criou e se acostumou a viver, e ao qual procura voltar quando dele se afasta” (Disponível em: <http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html#q>. Acesso em: 22/10/2012).

<sup>22</sup> Isto se deve ao Orçamento Participativo. Por se tratar de uma política pública voltada para a aproximação da sociedade civil com o poder público, ao colocar a proposta orçamentária do município como objeto de discussão e de trabalho para os cidadãos, ele disponibiliza para estas pessoas parte dos recursos políticos e econômicos necessários para promover várias transformações no âmbito local do bairro ou da região (Dutra e Benevides, 2001).

<sup>23</sup> O Orçamento Participativo é um fato político em várias localidades do país (Dutra e Benevides, 2001). Tratamos aqui especificamente da experiência do OP na Vila Nossa Senhora Aparecida.

a partir do Orçamento Participativo” (Gomes e Amaral, 2003, p. 22). Ele representou um fórum político para o tratamento dos temas da Vila e, principalmente, para a emergência da política:

*A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos (Arendt, 1972, p. 194, grifos nossos).*

O Orçamento Participativo foi o espaço determinante, portanto, para a expressão da liberdade e da ação política dos moradores da Vila, e, dentre eles, das futuras cooperadas da Univens. Mesmo considerando que foram aspectos inerentes às necessidades da manutenção da vida e da construção do mundo material que os levaram para lá, foi justamente a existência de um espaço público comum, capaz de estabelecer o debate de pontos de vista distintos entre iguais, num processo sem mediação das coisas e da matéria (Arendt, 2000), que permitiu, além do processo de transformação da Vila, a erupção da política como uma experiência na vida destas pessoas (Arendt, 1972).

Além da melhoria das condições de vida dos moradores, a experiência do OP na Vila foi relevante por ter promovido o encontro destas pessoas com a dinâmica da *democracia participativa*, pedra fundamental na arquitetura da futura cooperativa. Foi nas reuniões do OP que a maioria das futuras cooperadas operou pela primeira vez com fenômenos como a pauta de problemas comuns, a negociação de diferentes pontos de vista, o tecimento de propostas coletivas, etc. Em outras palavras, a experiência do Orçamento Participativo serviu como continente para a construção de significados e de projetos coletivos, num claro exercício de política.

Segundo Maria Victoria Benevides, “[...] a participação nessas formas de democracia direta resulta em um processo de educação política [...]. O Orçamento Participativo, nesse sentido, é uma excelente escola de democracia” (Benevides, 2001, p. 23-24). De fato, o aprendizado democrático é uma das marcas do OP apontadas pelas cooperadas que dele participaram, mas não é a única.

A dinâmica democrática do Orçamento Participativo, segundo as cooperadas, também foi responsável pela apropriação dos morado-

res do espaço em que vivem, ao possibilitar a intervenção deles nos destinos do bairro. Ou seja, foi possível a eles significar juntos o que é a Vila, quem faz parte dela e qual é o seu contexto político maior, promovendo *enraizamento*, como propõe Simone Weil (1996). Este conceito se apoia na necessidade humana de exercer uma “[...] participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro” (Weil, 2001, p. 43). Os depoimentos ouvidos na pesquisa indicam que a possibilidade de participar dos assuntos da Vila, na esfera política do OP, propiciou não apenas uma ligação maior dos moradores com o lugar, mas com ele através do tempo, pelo conhecimento da sua história (passado), pela apropriação do seu cotidiano (presente) e pelo exame de suas potencialidades, ao desenharem para ele novos projetos coletivos de intervenção (futuro).

Benevides também salienta que o Orçamento Participativo costuma ser responsável pelo fortalecimento dos laços de solidariedade entre as pessoas que dele participam e que, a partir daí, pode surgir outra modalidade de cultura e de política (Benevides, 2001; Oliveira, 2001). De fato, no caso em questão, uma cultura mais solidária na Vila começou a ganhar corpo a partir do OP. Nelsa não apenas confirma como aponta a criação da cooperativa como consequência disto: “Tivemos que construir uma nova forma de organização como consequência desse aprendizado que vivemos com o Orçamento Participativo” (Nespolo, 2003, p. 10). Os feitos do OP foram responsáveis, portanto, por um processo dialético de transformação entre a Vila e parte de seus sujeitos, que veio desembocar na constituição da Univens. Desta forma, o Orçamento Participativo revelou-se um protagonista na história da cooperativa e, logo, da pesquisa.

Cabe focar agora as implicações do *ingresso, neste processo, da égide do trabalho como tema e objeto de atividade política* por parte das futuras cooperadas da Univens. Este fato é central para a pesquisa, tendo inspirado seu título. No caso destas trabalhadoras, a política, de cunho democrático e participativo, convocou o trabalho como tema e inspirou a organização de um modo de produção pautado por estes princípios. Ao contrário do que em geral ocorre nas cooperativas autogestionárias, em que o surgimento de um trabalho participativo e democrático pode fazer emergir a política em meio a uma motivação inicialmente econômica,

no caso da Univens, foi a experiência política do Orçamento Participativo que colocou no centro do debate a economia e o trabalho como seu objeto. Nelsa demonstra esta afirmação:

*Sempre participamos do Orçamento Participativo porque o poder público tem que atender as necessidades de seus cidadãos. Qual é a maior necessidade hoje? O desemprego é gritante, mas as saídas nunca foram atribuições da administração municipal, então começamos a participar desse debate, demandando a necessidade de cursos de capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho. Participamos na região e na Temática de Desenvolvimento Econômico também. Foi onde encaminhamos a necessidade de um espaço que se definiu como a primeira Incubadora Popular. [...] Conforme conquistarmos as demandas de infraestrutura (saneamento e pavimentação), o desafio cada vez mais será no social, e o social está ligado cada vez mais na vida difícil das pessoas frente à falta de trabalho. O Orçamento Participativo fará este debate de forma cada vez mais aprofundada (Nespolo, 2003, p. 9).*

Com a formação da Univens, as cooperadas que participavam do O.P. passaram a viver a democracia participativa tanto nos espaços do bairro e da cidade, quanto no trabalho. O Orçamento Participativo revelou-se, assim, fonte simbólica da cooperativa, em duplo sentido, como manancial e como constante alimento por meio de seus princípios, como a igualdade, a democracia participativa, o enraizamento e a solidariedade.

### **Repercussões da autogestão na Univens como permanências**

Há pouco apresentamos algumas repercussões da autogestão citadas pelas cooperadas. Como vimos, mesmo quando parte delas nasceu com o Orçamento Participativo, de algum modo foram fortalecidas ou aprimoradas na experiência do trabalho autogestionário. A seguir, vejamos outras repercussões da autogestão citadas por elas e suas articulações com as conclusões da pesquisa.

#### **O direito ao trabalho**

É certo que as cooperadas da Univens, como membros da classe trabalhadora, dedicam-se diariamente a uma atividade econômica para garantir a sobrevivência – e neste sentido não se encontram livres desta preocupação. Mas, como vimos, o fazem impregnadas de certeza, sabem que dali poderão garantir o sustento de

suas famílias por muito tempo e com grande autonomia.

Ainda que não possam afirmar que estão a salvo destas necessidades ou que sempre poderão encontrar as condições para superá-las na cooperativa, elas se reconhecem livres da dependência de outrem e do risco do desemprego. Se hoje dependem das circunstâncias do mercado, encontram autonomia e apoio mútuo para enfrentar suas vicissitudes e, enquanto a cooperativa tiver fôlego para comercializar seus produtos, têm assegurado o direito ao trabalho: “Essa segurança que tu tem... Acho que não dá nem um por cento de chance da cooperativa te mandar embora. [...] Que lugar tu vai ter isso?” Ao fazer essa pergunta, Terezinha reafirma que a segurança de ter garantidos os meios de trabalho é uma conquista rara perante a realidade do mundo do trabalho atual.

Esse aspecto, repercussão de uma autogestão de desempenho econômico estável e satisfatório, representa um ganho material e simbólico muito importante para as trabalhadoras. Do ponto de vista material, são evidentes seus efeitos. Além da remuneração propriamente, serve como seguro para instabilidades na renda familiar e possibilita o desenho de projetos de longo prazo. Entre os ganhos simbólicos, Nelsa citou, por exemplo, a maior apropriação dos processos e produtos do próprio trabalho como decorrências desta “segurança imensa”, como diz Isaurina.

Mas o que nos parece primordial é que este sentimento de segurança diante da manutenção da vida tem liberado as cooperadas para ações políticas na esfera pública. Aliás, este parece ser um dos aspectos mais revolucionários da autogestão: liberar os trabalhadores para a prática da política. O modo capitalista de produção, por seu turno, ameaça os trabalhadores com o risco do desemprego constantemente, além de inflar a ordem das necessidades por meio do apelo crescente ao consumo. Retomemos o diálogo com as ideias de Hannah Arendt:

*A esfera da polis, ao contrário [da privada], era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade da polis. [...] O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na polis, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado (Arendt, 2000, p. 40).*



Além da liberação das necessidades vitais, a ação arendtiana exige uma “atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas e da matéria” (Arendt, 2000, p. 15). Esclarecemos, porém, que, ao falarmos das ações políticas das cooperadas, não nos referimos à atividade da fabricação. Não haveria ação política aí, ao menos nos termos arendtianos. Mas, ainda que se desconsidere a viva dinâmica micropolítica do interior da cooperativa, é certo que a garantia do direito ao trabalho e a identidade política do grupo permitem que possam se dirigir como sujeitos de ação a outras esferas públicas, distantes das práticas da produção e da busca da sobrevivência – ainda que atreladas a estas –, como o Orçamento Participativo, os Fóruns de Economia Solidária, o Congresso da Cidade e tantos outros espaços a que muitas delas concorrem.

Por estes motivos, o *direito ao trabalho* é a primeira das condições simbólicas para a ação política, identificada como repercussão do trabalho autogestionário das cooperadas da Unives. Em conjunto com as demais repercussões que se seguem, encontra-se inserida na categoria que aqui chamamos de *permanência*. Por *permanências* entendem-se determinadas condições simbólicas de vida que conferem estabilidade aos movimentos humanos e durabilidade a parte de seus feitos, e que permitem, entre outras coisas, o livre deslocamento para o mundo comum, e aí, a revelação e a expressão interventiva da singularidade do sujeito, outra marca da ação, segundo Arendt (2000). Esta autora também nos auxilia neste ponto:

*Há muito tempo se tornou evidente que os pilares das verdades também eram os pilares da ordem política, e que o mundo (em oposição às pessoas que nele habitam e se movem livremente) precisa de tais pilares para garantir a continuidade e permanência, sem as quais não pode oferecer aos homens mortais o lar relativamente seguro, relativamente imperecível de que necessitam. [...] O mundo se torna inumano, inóspito para as necessidades humanas – que são as necessidades de mortais – quando violentamente lançado num movimento onde não existe mais nenhuma espécie de permanência (Arendt, 1999, p. 19).*

## Pertencimento ao grupo da cooperativa

Ao passo que a condição de cooperado liberta o trabalhador do jugo da subordinação, enreda

seu destino aos de seus companheiros, criando e alimentando uma verdadeira teia de interdependência entre eles. A este fenômeno, no campo da autogestão, chamamos de *pertencimento ao grupo* (Esteves, 2004)<sup>24</sup>. Julieta ilustra bem esta ideia:

*Eu sei que eu tenho que dar tudo de mim, fazer com que tudo dê certo, porque não é só meu. Dali dependem mais 20 e poucas cabeças. Porque onde eu também fizer errado, eu vou prejudicar mais outras pessoas. [...] A gente tem que cuidar muito do empreendimento. Porque se desmoranar, desmoranar todo o mundo junto, então tem que sempre procurar ter uma ideia pra... pra dar certo (Julieta).*

A possibilidade de situar-se como sujeito do grupo e da cooperativa também foi citada pelas cooperadas como um ganho atrelado a este sentimento de pertencimento. Ao sentir que “o grupo é nosso e que eu faço parte dele”, a cooperada se apropria do que ali ocorreu (história), ocorre (cotidiano) ou pode ocorrer (projeto) e, utilizando-se da primeira pessoa do plural, pode assumir o ônus da responsabilidade pelos destinos do coletivo e exigir o mesmo de suas companheiras.

O que gostaríamos de destacar é que, nestas relações de trabalho, a filiação simbólica a uma coletividade estável e permanente, organizada com determinados fins políticos e econômicos, serve de lastro para a garantia do direito ao trabalho. Ou seja, o sentimento de pertencer a este coletivo é o que garante à cooperada que, enquanto as circunstâncias externas permitirem, ela terá o direito ao trabalho assegurado por aquele grupo.

Neste sentido, o pertencimento ao grupo também pode ser compreendido como mais uma *permanência* advinda desta experiência de autogestão. Ao afirmar um lugar que lhes pertence e do qual são partes, este elemento, em companhia de outros, ajuda a compor um campo de referências estáveis para estas trabalhadoras, o que lhes permite afastar-se das atividades voltadas unicamente para a sobrevivência e alcançar uma liberdade maior de movimento no mundo (Wagner, 2002).

## Enraizamento na Vila, no trabalho e na cidade

Muitas cooperadas relataram sensíveis mudanças nas relações com seus vizinhos como

<sup>24</sup> Este aspecto pode ser apresentado como uma característica psicossocial da condição de cooperado, pela qual a pessoa se sente *parte* e ao mesmo tempo *participe* do grupo que constitui a cooperativa (Esteves, 2004).

conseqüência da suas experiências na Univens. Ouçamos Isaurina:

*No momento que eu comecei a trabalhar na cooperativa, eu tenho uma visão diferente [...] É uma visão que tu enxerga mais longe. É uma visão que tu tem um melhor conhecimento, tu faz uma amizade maior. Na época em que eu trabalhava em firma eu não conhecia ninguém. [...] Depois que comecei a trabalhar na cooperativa, tu tem uma relação mais íntima dentro da própria Vila, com a própria comunidade, com o próprio povo daqui (Isaurina).*

Ao falar das repercussões da experiência como cooperada na sua relação com a Vila, Isaurina alude a uma alteração perceptiva, uma “mudança de visão” pela qual passou a “enxergar mais longe” o espaço e seus habitantes. Para Merleau-Ponty (1999), em seus estudos sobre a fenomenologia da percepção, o sentido de profundidade da visão revela o elo do sujeito ao espaço:

*Quando digo que vejo um objeto à distância, quero dizer que já o possuo, ou que ainda o possuo, ele está no futuro e no passado ao mesmo tempo em que no espaço (p. 357) [...] Quando dizemos que ele está distante ou próximo [...] é em relação a um certo “alcance” de nossos gestos, a um certo “poder” do corpo fenomenal sobre sua circunvizinhança (Merleau-Ponty, 1999, p. 359-360).*

Quando Isaurina diz que passou a “enxergar mais longe”, ao focar sua relação com a Vila e com os habitantes, após a experiência de trabalho na cooperativa, podemos pensar, portanto, que seu alcance e seu poder de intervenção neste campo cresceram. Neste processo, do campo de visão alargado emerge uma gama maior de fenômenos, agora percebidos em suas relações intracampo, o que corrobora o “melhor conhecimento” destas relações, apontado por Isaurina.

Durante a pesquisa, colhemos outros indícios que apontam para o alto grau de pertença e de participação das cooperadas nos destinos da cooperativa, da Vila e da cidade em que moram. Estes fenômenos parecem muito relacionados à noção de enraizamento de Simone Weil (2001 [1949]), como dissemos. Para ela, “Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente” (p. 43). A autora também imagina um modo de organização social capaz de religar a classe operária aos seus lugares. Nesse exercício,

aponta a ampliação dos contatos entre sujeito e mundo como complementar ao enraizamento, fenômeno observado na experiência das cooperadas:

*É preciso encarar, antes de mais nada, em toda inovação política, jurídica ou técnica suscetível de repercussões sociais, uma conciliação que permita aos seres humanos reencontrarem suas raízes. Isso não significa confiná-los. Pelo contrário, em tempo algum o arejamento foi mais indispensável. O enraizamento e a multiplicação dos contatos são complementares (Weil, 1996 [1951], p. 419).*

O enraizamento na Vila, conquista do OP reforçada pela cooperativa, é compreendido como outro elemento de *permanência* presente na vida cotidiana das trabalhadoras. Arelado ao pertencimento ao grupo da cooperativa, compõe um quadro de semicírculos que se influenciam dialeticamente: muitas das experiências e dos temas vividos pelas cooperadas no Orçamento Participativo, enquanto moradoras da Vila, são carregados para dentro da cooperativa e vice-versa. Podemos afirmar, portanto, que a autogestão vivida cotidianamente na cooperativa também possibilitou a estas trabalhadoras a construção de outra modalidade de trabalho e de vida social, e deste processo ressurgem continuamente transformados *campo e sujeitos*.

### **Sonhar, projetar e construir ações futuras: uma repercussão de segundo grau**

Por fim, temos que o *direito ao trabalho*, tal como o configuramos, o *pertencimento ao grupo* da cooperativa e o *enraizamento no trabalho, na Vila e na cidade* pareceram conformar o que chamamos de *permanências*, ou seja, certas condições simbólicas para a ação política, proporcionadas ou ampliadas pela experiência de autogestão das trabalhadoras da Univens. Os achados do campo sugerem que, ao longo da história desta autogestão, tais condições paulatinamente possibilitaram o enlace firme e perene destas pessoas em seus espaços, e neles nas diferentes dimensões temporais.

O passado, representado pela história da Vila e da cooperativa, aparece nos relatos e no imaginário das cooperadas com intimidade e grande fluidez. Na trajetória do grupo, viram-se impelidas a conhecer as narrativas dos moradores do bairro e a construir entendi-

mentos para os feitos que herdaram e com os quais tiveram que se deparar no enfrentamento das precariedades locais. Hoje, já localizam na memória muitas de suas ações, que aparecem em seus discursos como composições de autoria própria e ao mesmo tempo coletiva. É assim que falam da escolha do nome de suas ruas, da confecção do estatuto da cooperativa ou da reforma do prédio da “primeira incubadora popular da cidade”, projeto que nasceu primeiro nas reuniões do grupo para depois ganhar materialidade como uma das políticas públicas municipais de geração de renda.

E como vimos, o presente, tempo do cotidiano por excelência, é sentido pelas trabalhadoras como “algo seguro” – expressão utilizada por Nelsa para falar da sensação que a acompanha nas idas diárias à cooperativa. Mas o que parece mais revelador é a relação das cooperadas com o que está por vir. Desde o início da pesquisa, destacou-se a frequência com que utilizam palavras como “projeto”, “sonho” e variantes. Estão presentes nas camisetas comemorativas do grupo<sup>25</sup>, no texto do folder<sup>26</sup>, no estatuto e em outros documentos de autoria coletiva. Também podiam ser vistas na faixa disposta na frente do terreno onde seria erigida a sede<sup>27</sup>, e em outra, disposta no prédio já pronto, no dia da festa de inauguração<sup>28</sup>. Mas, principalmente, estas palavras estão presentes nas ações e nos discursos cotidianos de muitas cooperadas.

Para concluir, apresentamos depoimentos que demonstram isto e que atualizam os projetos de outrora. Um ano após o fim dos trabalhos da pesquisa, parte desses projetos já havia ganhado materialidade:

*[O sonho] é construir nossa sede e ir para ali e ter bastante trabalho [...]. É ampliar um pouco mais, em cima de mais algumas atividades, como as das mulheres do Fome Zero<sup>29</sup>, ou, por exemplo, fazer grupos de adolescentes<sup>30</sup>. A intenção é que a gente*

*possa ampliar mais e fazer uma construção de um mundo melhor, de levar mais adiante. [...] Poder mudar a realidade da nossa sociedade. Quer dizer, são esses os sonhos e os projetos que a gente tem [...]. Sonhando também que ela [a cooperativa] seja um espelho da nossa vida; que a gente possa garrar e dizer: “Isso aqui foi a construção de um sonho que a gente teve – que é o que diz na frase da faixa –, é um sonho que a gente conseguiu, e que hoje está aí pra quem quiser ver” (Isaurina, grifos nossos).*

Ao liberá-las da busca incerta pela manutenção da vida, e ao ligá-las como sujeitos ativos de seus lugares de moradia e de trabalho, as *permanências* implicaram as cooperadas nos destinos destes espaços, permitindo-lhes tecer projetos audaciosos, e não somente para elas, como demonstrou o trecho acima. “A segurança imensa” do presente, nas palavras de Isaurina, parece permitir que elas se lancem para “o incerto e imprevisível”, adjetivos empregados por Hannah Arendt para caracterizar os resultados da ação política.

Outro aspecto interessante é que estas trabalhadoras veem a própria cooperativa como algo permanente e à disposição da comunidade em que vivem, como demonstra Terezinha: “Eu não penso na cooperativa simplesmente pra daqui a 15, 20 anos. Eu penso que a cooperativa pode ser pros meus filhos, pode ser pros meus netos, pode ser pra muita gente.”

De fato parecem “enxergar mais longe”, como disse Isaurina. Este alargamento do campo de visão, proveniente de um poder de intervenção maior nos seus campos de ação, como apontamos, também as leva a desejar e a trabalhar por projetos de mudanças em outros territórios, já distantes do acolhimento vivido na Vila e na cooperativa:

*Quem dera um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós, os trabalhadores, sabemos*

<sup>25</sup> As cooperadas mantêm uma tradição. Nos meses de maio, quando comemoram a fundação da cooperativa, realizam uma grande festa na Vila. Nessas ocasiões, distribuem uma camiseta comemorativa com uma frase diferente todos os anos.

<sup>26</sup> No primeiro folder lia-se: “Construindo a história com a linha de nossos sonhos”. No segundo: “A cooperativa Univens é a prova de que solidariedade e cidadania podem ser o caminho para a construção de uma vida com qualidade, trabalho e futuro digno.”

<sup>27</sup> A faixa anunciava: “Cooperativa Univens: breve aqui, a construção de um sonho.”

<sup>28</sup> Em 2005, aconteceu a esperada festa de inauguração da sede própria. Como previam os sonhos das cooperadas, tratouse de celebração farta, que fechou a rua para deixar passar a banda da escola da Vila. Na entrada, outra faixa alertava: “Outro mundo já é possível”. Estávamos em dias de Fórum Social Mundial, no qual quase todas as cooperadas participaram de pelo menos uma oficina, além da organizada pelo grupo sobre “a cadeia produtiva e solidária do algodão”.

<sup>29</sup> Grupo autogestionário de mulheres do bairro que objetiva constituir uma cooperativa de reciclagem, assessorado por cooperadas da Univens desde o início.

<sup>30</sup> Projeto antigo, nascido com a ideia da cooperativa, foi retomado por suas principais entusiastas: Julieta, Terezinha, Isaurina e Nelsa. Preocupadas com a situação de desemprego e da falta de perspectivas dos jovens do bairro, imaginam organizar grupos de discussão e de trabalho com alguns deles.

*produzir tudo que existe nessa sociedade, e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. Já imaginou nós administrando nossa produção de sapatos, de roupas, de comidas, de fogões? Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos digladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe com os laços do individualismo e nos faz sonhar de novo. [...] Hoje de fato existe a possibilidade de construirmos uma cadeia produtiva do algodão de forma toda cooperativada e também ecológica<sup>31</sup> [...]. Com isso ganharíamos o mundo [...]. Dá para vibrar muito com tudo isso, e dá para não parar mais de sonhar, sem jamais tirar os pés do chão. Isso motiva a levantar todos os dias e a transformar cada dia em um dia diferente, pois conseguimos enxergar mais longe (Nespolo, 2003, p. 13, grifos nossos).*

O que parece importante frisar afinal é que essa repercussão em segundo grau, fruto das permanências conquistadas pela autogestão da Univens, está diretamente atrelada à história do grupo. Em outras palavras, o “milagre” da construção desse modo de organizar a vida e o trabalho provou a elas que, de fato, é possível projetar o *novo*, como Hannah Arendt (2000) chama o fruto das ações políticas, e vir a alcançá-lo:

*Eu pensei muito, sabe? O quê é isso, quando a gente fala em socialismo? O que que é? É uma sociedade onde não tenha ninguém se explorando, onde a gente consiga ter uma vida decente, onde a gente tenha valores como pessoa, onde acima de tudo se coloque a pessoa. Puxa, se é isso, então eu entendo que o que a gente tenta construir dentro do Cooperativismo é isso, é a vivência socialista. [...] E ter um trabalho assim é tão bom... Isso a gente discute muito na cooperativa (Nelsa, grifos nossos).*

A crença na real possibilidade de mudar a realidade em que se vive, repercussão apontada por Nelsa como a marca mais importante deixada por essa experiência, também é mencionada por Terezinha, cujas palavras enceram este trabalho:

*A cooperativa é assim: uma escola do prezinho até a universidade. Tem muita coisa que a gente pode aprender, não só dentro da Univens. Tem um espaço que ela vem conquistando aí fora, de ir*

*abrindo as portas do mundo. Estão abertas. [...] Tu pode pegar e ir, ir conhecer tudo sobre outros empreendimentos, de outros lugares, de lugares que tu achou que nunca ia ir... [...] A tua vida social, ela se altera. Ela te dá outros horizontes, além daquilo ali, de tu estar na frente da máquina costurando (Terezinha).*

*A cooperativa é o nosso sonho que se transformou no sonho de um monte de gente, de achar que é uma coisa concebível. Ela existe, é realidade. Então elas [outras trabalhadoras] podem pensar que: “A gente pode ir atrás, porque se elas conseguiram, nós também vamos conseguir.” Então é um marco, é um exemplo. E a gente tem que prestar muita atenção nesse exemplo que está dando. Tem que ter responsabilidade. [...] Porque não é só mais aqui, pra nossa Vila, não é só mais aqui pra Porto Alegre. Tu tá mostrando pro mundo um conceito diferente de trabalho, de vida bem diferente (Terezinha, grifos nossos).*

## Referências

- ANDRADA, C.F. 2010. Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto.Urbe*, 7(1):129-141.
- ANDRADA, C.F. 2009. *Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens*. Porto Alegre, ABRAPSO SUL, 287 p.
- ANDRADA, C.F. 2006. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(1):01-14.
- ANDRADA, C. F. 2013. *Trabalho e política no cotidiano da autogestão : o caso da rede Justa Trama*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04072013-121257/>. Acesso em: 19/07/2013
- ANTUNES, R. 1999. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 258 p.
- ARENDT, H. 1972. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 348 p.
- ARENDT, H. 1999. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo, Companhia das Letras, 249 p.
- ARENDT, H. 2000. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 352 p.
- BENEVIDES, M.V. 2001. Orçamento participativo e democracia direta. In: O. DUTRA; M.V. BENEVIDES (orgs.), *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 19-29.
- CRUZ-MOREIRA, J.R. 2003. *Cooperativas populares de confecção do estado de São Paulo*.

<sup>31</sup> Parte deste projeto ganhou materialidade nas sacolas do Fórum Social Mundial 2005, em Porto Alegre, empreitada que, por sua vez, significou o embrião da futura rede Justa Trama. Convidadas novamente para confeccionar os produtos, as cooperadas da Univens propuseram ao Fórum Estadual de Economia Solidária assumir a empreitada por meio de uma rede solidária, que reuniu 35 empreendimentos de quatro estados brasileiros (SP, PR, SC e RS). Para saber mais, consultar: [www.justatrama.com.br](http://www.justatrama.com.br).

- In: A.R. SOUZA; G.C. CUNHA; R.Y. DAKU-ZAKU (orgs.), *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo, Contexto, p. 255-267.
- DOWBOR, L. 2002. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo, SENAC São Paulo, 118 p.
- DUTRA, O.; BENEVIDES, M.V. 2001. *Orçamento Participativo e socialismo*. São Paulo, Perseu Abramo, 70 p.
- ESTEVES, E.G. 2004. *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 177 p.
- GAIGER, L.I.G. (org.). 2004. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 417 p.
- GEERTZ, C. 1978. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 323 p.
- GOMES, A.Q.; AMARAL, C.V. (orgs.). 2003. *Olhar de mulher: a fala das conselheiras do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre, Cidade, 71 p.
- GONÇALVES-FILHO, J.M. 1998. Humilhação social – Um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2):11-67.
- GUIMARÃES, G. 2000. Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: P. SINGER, A. SOUZA (orgs.), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 111-122.
- HADDAD, F.; ANTUNES, R.; MAURO, G.; CARNEIRO, G. 2003. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo, Perseu Abramo, 106 p.
- HOLANDA FERREIRA, A.B. 1988. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 687 p.
- LACAZ, F.A.C. 1997. Saúde do trabalhador: Cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2):07-19.
- MATOSO, J. 1999. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 64 p.
- MERLEAU-PONTY, M. 1999. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 662 p.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. 1997. A construção do campo da saúde: percursos e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2):21-32.
- NESPOLO, N.I.F. 2003. *Muita vida. Construindo um novo tempo... Transformando sonhos em realidades*. Porto Alegre, [digitado], 16 p.
- OLIVEIRA, P. de S. 2001. *O lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo, Hucitec, 239 p.
- PARRA, H.Z. 2002. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sociopolítica da economia*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 265 p.
- POCHMANN, M. 2001. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 151 p.
- RUFINO, S. 2003. O processo produtivo autogestionário: a experiência da Cooperativa do Sabor. In: A.R. SOUZA; G.C. CUNHA; R.Y. DAKU-ZAKU (orgs.), *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo, Contexto, p. 255-267.
- SATO, L. 1992. Psicologia e saúde do trabalhador na área sindical. In: F.C.B. CAMPOS (org.), *Psicologia e saúde: repensando práticas*. São Paulo, Hucitec, p. 103-121.
- SATO, L. 1993. A representação social do trabalho penoso. In: M.J. SPINK (org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo, Brasiliense, p. 188-211.
- SATO, L. 1997. *Astúcia e ambiguidade: as condições simbólicas para o replanejamento negociado do trabalho no chão de fábrica*. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 198 p.
- SATO, L.; ESTEVES, E. 2002. *Autogestão: possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo, ADS/CUT, 45 p.
- SATO, L.; SOUZA, M.P.R. 2001. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2):29-47.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003>
- SINGER, P. 1998. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 182 p.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P. 2003. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 139 p.
- SOUZA, A. 2000. Um instantâneo da Economia Solidária no Brasil. In: P. SINGER, A. SOUZA (orgs.), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 07-10.
- SOUZA, A. 2003. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: A.R. SOUZA, G.C. CUNHA, R.Y. DAKUZAKU (orgs.), *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo, Contexto, p. 27-44.
- SPINK, P.K. 1996. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1):174-192.
- VERONESE, M.V. (org.). 2007. *Economía Solidaria y subjetividad*. Buenos Aires, Altamira, 191 p.
- WAGNER, E.S. 2002. *Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo, Ateliê Editorial, 209 p.
- WEIL, S. 1996. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 469 p.
- WEIL, S. 2001. *O enraizamento*. Bauru, EDUSC, 272 p.

Submetido: 24/10/2012

Aceito: 18/12/2012